

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA TRÊS DE ABRIL DE 2025

ATA NÚMERO SSESSENTA E SETE

10

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e oito minutos, teve lugar a 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada a 27 de fevereiro, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.-----

15

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Jaime da Silva Quintas, Paulo Rebelo da Silva, João Pedro Ferreira Martins, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Alcino de Sousa Lopes, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Moraes de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira.-----

20

25

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, substituída por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por José Manuel Silva Ferreira, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, substituída por Pedro André Silva Dantas, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Luís Manuel de Oliveira Carrinho, André Araújo Ferreira substituído por Beatriz Russo e Silva e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.-----

30

35

- 5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por José Carlos Morais de Sousa, Arménio José Pereira da Costa, substituído por Fernando Manuel Martins Moreira de Oliveira, Manuel Paulo de Jesus Lopes, substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis, substituída por Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes. -----
- 10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Célia Maria Mendes Correia e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. --
- Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Elísio Ferreira Pinto, Manuel de Oliveira Guedes e Isabel Maria
- 15 Carvalho Correia de Sousa. -----

Ponto 1 - Público.-----

- Senhor José António Moreira, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso** na sua intervenção fez
- 20 referência aos jardins da Arrábida. Poucos jardins e muito betão, com construções longas e pesadas. Lamentou pela qualidade de vida naquela urbanização. Os moradores pediam uma maior atenção por parte da Câmara no sentido de minorar alguns dos impactos nefastos, em diversas dimensões, tanto no trânsito local, no estacionamento caótico, na falta de segurança de pessoas e bens, na recolha de lixo, que seria
- 25 insuficiente e na densidade populacional insustentável. Falou da Associação de Moradores dos Jardins da Arrábida, da qual era presidente, e da falta de respostas dos pedidos feitos à Câmara, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). -----

- Senhor José João Trigo, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso** na sua intervenção disse que enquanto cidadão luso brasileiro, se sentia privilegiado por morar em Gaia, mas manifestou alguma
- indignação, perante o tratamento recebido pela Câmara nas questões de urbanismo, da Alameda Jardins da
- 30 Arrábida. Ficava registado o seu depoimento como protesto, porque afinal pagavam tanto ou até mais impostos de IMI, que o Colégio Cedros, e não tinham igual tratamento. Conforme documento em anexo (**vide anexo 2**). -----

- Senhora Sílvia Sousa, União de Freguesias Gulpilhares Valadares** na sua intervenção disse que desde 2014 realizava a Feira dos Carvalhos, com título ocasional. Desde aí pagou um custo acrescido, três vezes mais do
- 35 que uma licença de ocupação normal, como a única opção dada pela Câmara até o sorteio para um lugar fixo. Passou por vários lugares, alguns sem condições para trabalhar, mas as circunstâncias da vida assim a

5 obrigaram.-Em 2019 aconteceu o sorteio e ficou com um lugar fixo, que infelizmente pouco durou, pois
seguuiu-se a pandemia e no ano seguinte as obras de requalificação total da feira. Durante as obras ela e os
colegas foram para a Alameda da Senhora da Saúde, com um prejuízo imenso pois as pessoas não iam com
a mesma frequência. Em 2021 foram ao sorteio, com todos os feirantes que faziam a feira e se encontravam
10 ali a trabalhar. Estava ali, também em representação da maioria dos seus colegas, que estavam a assistir no
público. A sua licença de ocupação terminava no próximo ano, mas uma dezena de colegas tinham a licença
a terminar dia 14 de abril, e teriam de ir a sorteio. Fazendo a cronologia dos acontecimentos disse que
regressaram à feira, nas novas instalações, com o mesmo critério de igualdade, com o sorteio para atribuição
de novos lugares. Sentiam-se indignados, por ser a única Câmara que impunha a regra, comparativamente
com outras Câmaras, nomeadamente Gondomar, que a licença era de 12 anos e Vila do Conde de 25. Pediu
15 a atenção da Câmara para a situação e nomeou um colega, com um filho com necessidades educativas
especiais, que precisava de trabalhar. Ainda um outo a quem lhe foi atribuído um lugar enquanto o centro
de saúde não fosse construído, o que no momento já estaria a acontecer a sua construção. No momento
estariam todos a correr o risco de ficarem sem o lugar para poderem trabalhar. Outra coisa, que também os
estaria a indignar, era não encontrarem no regulamento da Câmara de Gaia, um único artigo em que falasse
20 em feirantes definitivos ou feirantes com licenças para cinco anos. Deixou a pergunta á Assembleia, quais
seriam as mais valias da Câmara, ao retirar um comerciante para colocar outro, a pagar a mesma taxa,
quando tinha lugares disponíveis para feirantes novos. Não estavam contra o sorteio, queriam as feiras
cheias, que entrassem colegas novos, mas que, não tirassem uns para pôr outros. Conforme documento em
anexo **(vide anexo 3)**.-----

25 **Senhora Tânia Teixeira, União de Freguesias Gulpilhares Valadares** na sua intervenção disse fazer
sensivelmente um ano que tinha estado ali a expor a mesma situação, dela e de todas as famílias que estavam
envolvidas no problema- a situação do regulamento das Feiras de Gaia. No ano passado, tinha estado reunida
com o Senhor Vereador Dr. Guilherme Aguiar, em que lhes foi dado dois anos por causa do período do Covid
e a promessa de alteração do regulamento para que não perdessem o direito de ocupação. Pedia ao senhor
30 vereador, ao gabinete, que refletissem e levassem a sorteio os lugares vagos e os lugares novos. Terminou
chamando a atenção para a dificuldade que tinham em pagar as suas contas e todo o seu projeto de vida,
todos defendíamos a precariedade, em qualquer setor, e aquele em particular continuava a perder segurança
e dignidade. Após as obras, os feirantes, eram postos em duas categorias. Uns com uma licença permanente,
que não podiam passar de pais para filhos, outros a adquirirem um segundo lugar, alguns que viviam com o
35 tempo contado. Pedia a atenção do gabinete das feiras e mercados que não queriam falar com feirantes mas
deviam porque eles precisavam.-----

Senhora Maysa Consentino, Porto na sua intervenção disse ser advogada e estar em representação dos
feirantes, que ocupavam o lugar na Feira dos Carvalhos. Esses feirantes tinham recebido uma notificação

5 para irem a sorteio no dia 14 de Abril de 2025, por caducidade do direito de ocupação. Acontecia que esse sorteio era ilegal. O artigo 17 do Regulamento Municipal do Comércio a Retalho não Sedentário de Vila Nova de Gaia, dizia que o direito de ocupação do espaço de venda caducava por falta de pagamento das taxas devidas, nos prazos estabelecidos, por três faltas injustificadas consecutivas ou cinco interpolados, pelo decurso de prazo da respetiva duração ou do prazo estabelecido para a respetiva transmissão no número um do artigo anterior. O artigo anterior dizia, e em relação à morte, por grave incumprimento de deveres, por não acatamento de ordem ilegítima, por violação reiterada, por alteração incompatível com o espaço atribuído do ramo de atividade do seu titular. Esse sorteio por caducidade, por tempo de ocupação, não existia porque ele não estava determinado em legislação nem no decreto, que era o decreto-lei dez 2015, de 16 de janeiro, nem na regulamentação municipal. Não se poderia falar em sorteio por caducidade, porque o que acontecia era que esses feirantes estavam a ocupar o lugar e não tinham a intenção de desocupar. Continuou a argumentar com legislação da forma de ocupação e sorteio dos lugares vagos e novos e não dos outros. Era muito injusto levar um feirante, que estava ali a ganhar o pão de cada dia, a sorteio. Pediu para verificarem a regulamentação municipal, e o decreto-lei, 2015 de 16 de janeiro. -----

Senhor Pedro Monteiro, União de Freguesias Santa Marinha Afurada na sua intervenção fez referência ao Jardim do Morro, património mundial da UNESCO e uma zona protegida. No entanto nos últimos anos tinha tido um aumento significativo de visitantes locais e turistas. Trouxera animação e requalificação à zona beneficiando, para muitos, o comércio. Em contrapartida trouxe sujidade, ruído, venda ilegal de álcool e consumo de drogas, garrafas de vidro espalhadas por todo o jardim, vandalismo e alguma criminalidade. Os moradores da Calçada receberam nas suas casas, paralelos, garrafas e latas atiradas do jardim ou deixadas nos muros que acabam por ir lá ter. Pessoas a caminhar nos telhados, tardes e noites sem descanso e segurança. Não existiam caixotes do lixo suficientes e as pessoas deixavam tudo em toda a parte do jardim. Queixou-se de estragos na sua casa após lhe arremessarem paralelos para o seu telhado, caleiras entupidas quando havia festivais, principalmente de quinta-feira a domingo e já reportadas à Câmara, PSP, e Polícia Municipal. Apesar da imensa procura do local, nos últimos quatro, cinco anos de não sentiram que algo ou ações tenham sido aplicadas para minimizar aquele vandalismo. O ruído das bandas desde as 10h00 às 22h00 não lhes dava descanso e alguns dias suportavam-mais de 90 decibéis dentro da casa, quando o máximo seriam 60. As casas abanavam completamente, e as rachaduras dentro e fora das mesmas existiam. Pediu ajuda á Câmara para resolverem a situação. Sugeriu que colocassem uma proteção para que os objetos não caíssem nas casas e mais e maiores caixotes do lixo, por todo o jardim do morro.-----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Soares Freitas da Silva** começou por informar que, dada a sobreposição de agenda devido a vários eventos, o senhor Presidente da Câmara Municipal. Eduardo Vítor Rodrigues, chegará um pouco mais tarde. De seguida, disse ter agrupado a intervenção em basicamente duas questões e depois uma última final, mais dirigida ao sr. Pedro Monteiro. Relativamente

5 aos proprietários e moradores dos jardins da Arrábida, não teria muito para dizer porque se efetivamente tinham reunido com o Senhor Presidente ele iria cumprir com a sua palavra. O que ele se comprometia e em função daquilo que apresentaram ali, apesar do presidente ainda poder ir aquela assembleia, ~~seria~~ um transmissor fiel dos pedidos ali apresentados, dando conta efetivamente de que, no caso concreto, dos requerimentos que foram efetuados no que dizia respeito ao urbanismo, da parte da vereadora, segundo

10 sabia, não havia nenhum para responder, mas iria verificar se porventura ficou algum requerimento por responder. Anotou, como principais preocupações a questão da dissuasão dos estacionamento, do cuidado dos jardins, sendo que, era verdade que algumas situações, no que dizia respeito à conservação de vias, era possível a dissuasão estudada, provavelmente sendo que outras, terão que ser devidamente avaliadas e se seriam possíveis os pedidos ou não. O facto de estarem reunidos numa associação e de exigirem protocolos

15 não significava que os protocolos conseguissem abarcar as vontades de todos. Se o senhor Presidente da Câmara teve essa demonstração melhor do que ninguém, teria a informação mais concreta para dar. Relativamente à segunda das questões, à questão dos feirantes, queria afirmar que se houve Câmara, que apesar de tudo respeitou, e no caso concreto, a valorização dos espaços das feiras, foi aquele executivo, ao longo dos últimos 12 anos. Também ele era do concelho, há muitos anos conheceu a Feira dos Carvalhos,

20 abandonada sem reunir as melhores condições para os feirantes. Aquilo já era por si só uma manifestação de vontade por parte da Câmara Municipal que, juntamente com outras medidas ou tempo decorrido, também manifestou sensibilidade. Portanto, não aceitava de livre ânimo ouvir dizer que não se respeitavam ou consideravam os feirantes, porque apesar de tudo, pelo menos essas duas medidas, demonstravam o interesse e a sensibilidade relativamente a isso. A segunda nota era que queria deixar claro que a questão do

25 regulamento, quando questionava se o regulamento era sabedor de todos ou se todos eram sabedores do regulamento, informar os senhores que todos esses regulamentos eram discutidos e aprovados naquelas Assembleias. Todos os regulamentos, até por obrigatoriedade de lei, tinham um período de discussão pública, onde todas as pessoas, se podiam manifestar dar contributos e sugestões. O que provavelmente iria acontecer, mais depressa que o que se pensava, mas estávamos num fim de um ciclo autárquico, portanto

30 não lhe pareceria fácil de acontecer, mas logo que possível a discussão e alteração de um novo regulamento. O regulamento tinha sido aprovado ali e não poderia ser alterado sem, obviamente, abrir um período novo de discussão, desse mesmo regulamento, que acreditava, obviamente até por um conjunto de outras situações que careciam de ajustamentos. Mas lembrava, que estávamos a falar de 10%, o que significava que, apesar de tudo, o regulamento satisfazia os outros 90. Não querendo com isso dizer que os dez também

35 não pudessem eventualmente verem dirimidos os seus interesses. Não era a favor que se excluíssem pelo facto de ser uma minoria. Deixou o compromisso de transmitir ao Senhor Presidente e ao senhor Vereado, responsável pela área, e o ideal seria que as vias legais resolvessem por si só a questão, pois estávamos num país democrático. Respondendo ao sr. Pedro Monteiro disse que lamentava a situação. o jardim do Morro

- 5 esteve maltratado, abandonado e, se calhar eram acusados de incúria, relativamente à preservação do espaço público. Melhoraram e a intenção era de continuar e, eventualmente teriam novidades relativamente à execução da obra, no que dizia respeito à recuperação da gruta e das instalações sanitárias que também estavam condicionadas, porque careciam da obediência á regulamentação. Teriam de esperar que as entidades responsáveis, emitissem opinião sobre isso. Na questão da limpeza, apesar de durante o dia haver
- 10 uma recolha diária, poderia não ser suficiente, mas que eventualmente poderá ser alvo de avaliação no sentido de ver da necessidade. Afirmou que as questões do turismo tinham sempre o reverso da medalha, porque o espaço requalificado acabou por atrair um conjunto de novas pessoas e muitas delas, não respeitavam o espaço. Teriam de avaliar a situação. Nos últimos meses, a presença da polícia tinha sido praticamente diária e permanente para diária e permanente porque trabalhava em frente e testemunhava
- 15 isso. À noite não poderia dizer, mas tinha havido um reforço, a pedido da Câmara Municipal, junto das entidades responsáveis e acreditavam que poderiam melhorar a situação. Toda a situação tinha a ver com a ausência de civismo de quem os visitava ou de quem estava e não cumpria as regras. O problema não estava no espaço, que era magnífico e com vistas lindíssimas, mas nos comportamentos, muitas das vezes aditivado por álcool ou por outras substâncias, que o município iria ter de avaliar. -----
- 20 Pedindo autorização ao Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Soares Freitas da Silva, o senhor **Vereador Valentim Miranda** falou na falta de civismo das pessoas e que tinham mantido o diálogo constante com a PSP, porque aquela área era de responsabilidade total da PSP, muito embora a polícia Municipal o fizesse. Mas Gaia, com aquele espaço, estava considerado o sítio com o melhor pôr do sol da Europa e alguns até do mundo, porque quase semanalmente tinham empresas internacionais a virem filmar o pôr do sol.
- 25 Portanto, isso fazia com que ao passar nos seus países ainda arrastavam muito mais gente, chineses, japoneses, Canadienses, e por aí, era uma coisa impressionante. Todos vivíamos esse mesmo problema, da quantidade excessiva de pessoas, a maior parte até vinham do Porto, atravessavam a ponte a pé e ficavam lá. Portanto, era algo que teriam de medir e pensar o que fazer, para que aquele espaço continuasse a ser muito digno. Estiveram quase dois anos para verem aprovado um projeto de instalações sanitárias, que era
- 30 área do centro histórico e muito difícil de um aval rápido. Continuou a falar dos procedimentos com construtores e respetivos concursos, nomeadamente no Parque Biológico, que por vezes passava um ano e não estava terminado processualmente. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, Carlos Alberto Gonçalves Pinto

35 **ausentou-se devido a problema de saúde súbito.**-----

5 **Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas** -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 65 de 27 de fevereiro de 2025.

10 **Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, José Carlos Almeida Morais Soares, Fernando Manuel Martins Moreira de Oliveira, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, José Manuel Silva Ferreira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Pedro André Silva Dantas, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Luís Manuel de Oliveira Carrinho e Beatriz Russo e Silva.** -----

15 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 66 de 13 de março de 2025.** ----

Votação: Aprovada por Maioria, com 02 votos contra (01 do CH e 01 da IL) e 06 abstenções (04 do PSD e 02 do CDS-PP), de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: José Carlos Almeida Morais Soares, Fernando Manuel Martins Moreira de Oliveira, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Jaime da Silva Quintas, Mário Vicente Sousa Silva Reis, José Manuel Silva Ferreira, Pedro André Silva Dantas, Luís Manuel de Oliveira Carrinho e Beatriz Russo e Silva. -----

20

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia -----

25 **Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE)** apresentou uma **Recomendação**, Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), conforme documento em anexo (**vide anexo 4**). -----

Senhora Deputada Beatriz Russo e Silva (CDU) apresentou uma **Proposta de Recomendação**, Reforço e valorização dos trabalhadores não docentes das escolas de Gaia conforme documento em anexo (**vide anexo 5**). -----

30 **Senhora Deputada Carla Maria Rodrigues Costa (PSD)** apresentou um **Voto de Pesar** pelo "falecimento de Miguel Macedo, um exemplo de integridade e simplicidade que perdurará na memória coletiva", conforme documento em anexo (**vide anexo 6**).-----

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) Efetivamente todos os papers económicos nessa área comprovavam, porque por cada euro gasto em infraestruturas de transporte, por cada euro gasto em mobilidade, tinha sempre um efeito multiplicativo, não só em termos de rendimento, de consumo, mas

35

5 muito obviamente, naquilo que era a qualidade de vida das pessoas. Efetivamente, Gaia, com uma densidade populacional muito inferior a muitas cidades europeias e mundiais, tinha um nível trânsito muito superior aquelas porque ainda tinha infraestruturas dos anos 90 construídas a pensar em tráfego dos anos 80 em pleno ano de 2025. Muitas situações em que simples rotundas a substituir cruzamentos semáforos mudariam a vida de muitos gaienses todos os dias, cortando lhes não só minutos, mas dezenas de minutos no trânsito.

10 Situações em que pessoas quereriam abdicar do seu carro, do seu transporte rodoviário individual. E não o podiam porque lhe faltava, infraestruturas ciclovária com qualidade para circular em segurança. Vivíamos numa cidade em 2025, em que o Metro era vítima do seu próprio sucesso, onde, contra todas as previsões, no momento existiam 12 circulações por hora, na Linha Amarela e como uma linha de trem, uma linha de elétrico, quando com o seu material circulante que chegava a pesar 80 toneladas se verificavam mais

15 atropelamentos. Efetivamente, Gaia precisava de mudar a sua cidade, de alterar a sua mobilidade. Saudava a proposta do Bloco de Esquerda e nesse sentido a intenção de criar transparência no processo, com consultas públicas, divulgação de documentação aos cidadãos, porque, e não só com os representantes dos cidadãos, mas com os cidadãos em si, que poderiam finalmente fazer com que Gaia fosse uma cidade do século XXI e não do século XX.-----

20

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, “Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)”. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 **Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD)** na sua intervenção disse que, no âmbito da discussão da proposta da CDU, dava a informação de que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação tinha anunciado a contratação imediata de 226 assistentes operacionais, para reforçar o apoio às escolas no ensino pré-escolar. Uma atitude financiada por uma verba de 3,7 milhões € destinada às autarquias. O objetivo era, segundo o ministro Fernando Alexandre, colmatar as necessidades adicionais de acompanhamento de

30 crianças com necessidades educativas especiais. A Associação Nacional de Municípios Portugueses já tinha vindo alertar para as dificuldades no recrutamento de pessoal e para os elevados níveis de absentismo no setor. Acrescentou que, na altura da descentralização, nomeadamente neste domínio (da educação), alertaram (PSD) para que o défice se poderia agravar, pelo que acompanhavam a proposta de recomendação, e que tinha sido com regozijo que tiveram conhecimento da referida medida do Senhor Ministro da

35 Educação. Também gostariam de propor aos deputados da CDU, e eventualmente pensar com eles, propostas de medidas para conseguirem diminuir o absentismo nas escolas.-----

5 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, “Reforço e valorização dos trabalhadores não docentes das escolas de Gaia”.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

10 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, pelo "falecimento de Miguel Macedo, um exemplo de integridade e simplicidade que perdurará na memória coletiva". -----

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

15 Ponto 4. Período da Ordem do Dia. -----

20 4.22. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Serviços de Limpeza das Instalações da Rede de Parques de Gaia, por 03 (três) anos - Autorização para Adoção dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, ripristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

Valor base do procedimento: € 240.000,00 + IVA a 23%, perfazendo um total de € 295.200,00 (duzentos e noventa e cinco mil e duzentos euros). -----

Rubrica 2001 | A | 16 – Serviços de Limpeza, com a seguinte Repartição de Encargos com IVA Incluído: ---

25 • Ano 2025 (Nov-Dez) - € 16.400,00 (dezassex mil e quatrocentos euros); -----

• Ano 2026 - € 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos euros); -----

• Ano 2027 - € 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos euros); -----

• Ano 2028 (Jan-Out) - € 82.000,00 (oitenta e dois mil euros). -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o

30 Ponto 4.22. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS e 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 BE, 01 do CH e 01 do PAN e 01 da IL) e 02 votos contra da CDU. -----

5 **4.23 da Ordem de Trabalhos** Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Ginásio Escolar de Meiral - Autorização dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

10 • Ano 2025 - € 101.917,81 (cento e um mil, novecentos e dezassete euros e oitenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, -----

• Ano 2026 - € 1.101.369,86 (um milhão, cento e um mil, trezentos e sessenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.23.** -----

15 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

4.24. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo resolutivo Certo/Incerto, a tempo integral ou parcial, de
20 Técnicos(as) especialmente habilitados(as) no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de apoio à família e de Atividades Técnicas Especializadas para o próximo ano letivo de 2025/2026. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.24.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 **4.25. da Ordem de Trabalhos** Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal comum, com vista a constituição de vínculo de emprego público por tempo Indeterminado, para ocupação de 11 (onze) postos de trabalho não ocupados na Carreira/Categoria de Técnico Superior de Arquitetura. -----

30 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.25.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

- 5 **4.26. da Ordem de Trabalhos** Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para o Cargo de Direção Superior de 1º Grau, Diretor Municipal de Ambiente e Riscos, Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Equipamentos Culturais e Chefe de Divisão de Remunerações e Direitos Laborais.-----
- Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
- 10 **Ponto 4.26.** -----
- Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL).-----
- 15 **4.27. da Ordem de Trabalhos** Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para o Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Topografia e Cadastro. -----
- Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
- Ponto 4.27.** -----
- 20 Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL).-----
- Deu entrada na Sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues.-----
- 25 **4.28. da Ordem de Trabalhos** Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal comum para constituição de vínculo de emprego público por tempo Indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 09 (nove) postos de trabalho na Carreira Geral de Assistente Operacional, Tratador de animais.-----
- 30 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.28.** -----
- Votação: Aprovado por Unanimidade-----
- 4.29. da Ordem de Trabalhos** Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação da Certidão de IMI por mais 05 (cinco) anos, Proc.º 19002/24, solicitado por Delfim Paulo
- 35 **Fernandes de Carvalho.**-----

5 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, questionou, e esclarecendo em simultâneo os deputados, qual o sentido do pedido da Câmara, relativamente á renovação da certidão. Adiantou que uma coisa, era votar a favor do deferimento da isenção de IMI, nos primeiros três anos após a licença de habitabilidade, e no município de Gaia os primeiros três anos são isentos de pagamento de IMI, após um processo de reabilitação urbana. No fim dos três anos, o município tinha direito a pedir uma renovação da isenção, o que daria oito anos de isenção. Era a política do município desde sempre, à exceção de uma vez em que passou por, com certeza, por razões de distração da Câmara. Tiveram um caso concreto em que foi aprovado o contrário daquilo que estava proposto e isso tinha gerado uma confusão imensa. Portanto, o critério da Câmara era muito claro e estava no regulamento. Após um processo de reabilitação urbana, em regime da legislação ARU, os primeiros três anos eram isentos a 100% do pagamento de IMI. 10 Findos os três anos, a partir daí não haveria lugar a mais nenhuma isenção. Era o que estavam ali a votar, o indeferimento do pedido de renovação.-----

O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu o esclarecimento do senhor presidente da Câmara Municipal, e reafirmou que a assembleia se pronunciaria contra o indeferimento da proposta. -----

20 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.29.** -----

Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 voto contra da IL.-----

25 **4.30. da Ordem de Trabalhos** Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----

• **Posturas Municipais de Trânsito na União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares e Freguesia de Arcozelo;** -----

30 • **Posturas Municipais de Trânsito na União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada;** -----

• **Posturas Municipais de Trânsito na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;** -----

• **Postura Municipal de Trânsito no Largo de Eça de Queirós e na Rua do Consiglieri Pedroso, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada;** -----

• **Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Caçadores, Freguesia de Arcozelo;** -----

35 • **Postura Municipal de Trânsito na Rua de Balamaus, Freguesia de Oliveira do Douro;** -----

- 5 • **Postura Municipal de Trânsito na Travessa de Caetano de Melo, Freguesia de Oliveira do Douro;** -----
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua do Coronel Macedo Pinto, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;** -----

- **Postura Municipal de Trânsito na Rua do Rochio, Freguesia de São Félix da Marinha** -----

10 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.30.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

4.31. da Ordem de Trabalhos Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.-----

15 **Foi apreciada a “Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município”, referente ao Ponto 4.31. da Ordem de Trabalhos.**-----

20 **O Senhor Presidente da Mesa,** informou que no próximo dia 10 de abril de 2025 se realizaria uma Reunião Extraordinária com Ponto Único “Parecer sobre o Projeto da Linha de Alta Velocidade (TGV)”.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)**. -----

25 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 22 horas e 45 minutos do dia três de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

30

5

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa)

10

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

15